

Câmara anuncia controle de frequência

BRASÍLIA — Será bem mais branda que a do Senado a operação caça-fantasmas que a Câmara dos Deputados resolveu iniciar ontem. Enquanto o Senado promete a volta dos funcionários requisitados, o congelamento dos concursos e punições para os passageiros de trens da alegria, na Câmara a única coisa decidida pela Mesa em sua primeira reunião foi estabelecer uma folha de ponto diária para controlar a frequência dos funcionários. Para os assessores particulares dos gabinetes dos deputados que não fazem parte do quadro funcional da Casa, nenhuma medida será tomada. "Eles são problema do deputado que os contratou", disse o presidente em exercício da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PMDB-PE).

Para Inocêncio, a obrigatoriedade da assinatura diária do ponto "acabará com os fantasmas". Até o momento, o sistema de controle de frequência pode ser burlado: cada funcionário tem uma folha particular de ponto que é recolhida apenas uma vez por mês pelo Departamento de Pessoal. "Isso permitia ao funcionário aparecer apenas uma vez por mês e assinar por todos os dias", reconheceu o diretor-geral da Câmara, Ademir Sabino. Com o novo sistema, a folha passa a ser uma só para cada setor e terá de ser assinada por cada funcionário ali lotado duas vezes por dia: às treze e às dezoito horas. "Quem não tiver assinado o ponto as duas vezes, terá o dia cortado. Se isso acontecer 30 dias seguidos, fica caracterizado o abandono de emprego", ameaçou Inocêncio.

Inocêncio acredita que com isso resolverá o problema. O diretor-geral é um pouco mais cético. "Não existe sistema perfeito, infelizmente", disse Ademir Sabino, embora reconheça que o novo sistema é bem menos passível de burlas.

ÁRVORE GENEALÓGICA

Para o líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), o Senado é uma árvore genealógica, devido ao empreguismo generalizado de parentes de parlamentares. O nepotismo é tradição da Casa e inclui o secretário-geral da Mesa do Senado,



Ricardo Chaves/AE

A Câmara decide: ninguém mais pode aparecer só uma vez por mês e receber normalmente

Nerione Cardoso, que é filho do falecido senador Dário Cardoso do extinto PSD. O próprio Passarinho tem quatro filhos como funcionários. "O importante é currículo, eficiência e efetividade no trabalho", defendeu-se o líder do PDS. A maioria dos senadores apóia a iniciativa da Mesa do Senado de cadastrar os servidores.

Passarinho disse que a razão do grande número de servidores irregulares está no fato de que "o Senado não realizava concursos públicos e isto transformou as nomeações em disputas de prestígio pessoal". Apesar de achar "louvável" a iniciativa de catalogar todos os servidores, ele não acredita que isso vá resolver o problema. "Já sou vivido. Vejo essa proposta com uma expectativa generosa, mas também com ceticismo", afirmou.

PARENTES NO JUDICIÁRIO

O empreguismo de parentes não é uma exclusividade do Legislativo e desponta com igual força no Judiciário. O presidente do Superior Tribunal Militar (STM), tenente-brigadeiro Antônio Geraldo Peixoto, empregou, há menos de um ano, a filha Lara Maria Peixoto França e o genro João Cláudio França, este último na importante função de diretor-geral do tribunal, com um salário de NCz\$ 1,8 mil.

A Procuradoria Geral de Justiça Militar, subordinada ao Ministério da Justiça, tem atualmente à sua frente o irmão do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, procurador Eduardo Pires Gonçalves. Ao ser escolhido para o cargo em 1987, por interferência do irmão ministro, Eduardo — que é segundo procurador de carreira

empregou sua mulher Antonieta Lubisco Pires Gonçalves e dois amigos, os coronéis da reserva Wolney Pedrosa e Paulo Maia Storelli, nas funções de chefe de gabinete e diretor administrativo da Procuradoria.

NOVA PORTARIA

A partir de hoje a União deverá ser ressarcida financeiramente pelos funcionários requisitados para prestarem serviços aos estados, municípios e ao Distrito Federal. A portaria foi assinada ontem pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e tem o objetivo de evitar uma série de irregularidades na cessão de servidores estaduais e municipais à União.

O governo não sabe o número exato dos funcionários cedidos e que são pagos pelos cofres da União.